

A exterioridade constitutiva na (com)posição mulher em Lady Macbeth personagem da obra “Macbeth”

Maria Inês G. M. Cordeiro¹

PPGL | UCPel

Ercília Ana Cazarin²

PPGL | UCPel

Eliane Campello³

PPGL | UCPel

Resumo: Aos 400 anos da morte de Shakespeare ainda é surpreendente a forma como os textos do dramaturgo permanecem atuais. Assim, nasceu o desejo de acompanharmos a (re)significação da personagem Lady Macbeth, uma das mais polêmicas de sua obra. As análises foram realizadas a partir de um recorte que toma por base uma releitura de Lúcia V. Sander da peça “Macbeth”, realizada no livro *Ofélia explica ou o renascimento segundo Ofélia & Cia*. Considerando principalmente as condições de produção e a heterogeneidade constitutiva do discurso, buscamos compreender a (re)significação da posição-sujeito mulher ao longo dos tempos, avançando até a contemporaneidade. A análise nos permitiu a reflexão sobre a possibilidade que tem cada coautor da

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas.

personagem de (re)criá-la em consonância com sua filiação, sua leitura de mundo e efetivas condições de produção. Portanto, é o transitar do sujeito, sua movimentação entre diferentes formações discursivas e/ou posições-sujeitos que faz emergir, em seu discurso, outras vozes sustentadoras do seu dizer, e essas vozes estabelecem relações entre si de afirmação, negação, contradição que vão reverberar no discurso do sujeito, podendo ser apreendidas na e pela materialidade discursiva. Nessa movimentação/deslocamento do sujeito, na exposição à exterioridade que o circunscreve, o sujeito se constitui, significa, produz efeitos de sentido.

Palavras-chaves: discurso, condições de produção, (re)significação de sentidos.

Title: The constitutive exteriority in the woman (com)position in Lady Macbeth character of “Macbeth”

Abstract: After 400 years of Shakespeare’s death it is still impressing the way the texts of the playwright keep updating. This is why we wished to follow the (re)signification of Lady Macbeth’s character, one of the most polemic of his work. The reviews were made from a part of a rereading, by Lúcia V. Sander, of the play “Macbeth”, which was accomplished in the book *Ofélia explica ou o renascimento segundo Ofélia & Cia*. Taking into consideration the conditions of production and the heterogeneity constitutive of the discourse, we aimed to understand the (re)signification of the position subject-woman through times up to now. The analyzes allowed us to reflect upon a possibility that each coauthor of the character has to recreate her in accord with his filiation, his world view, and effective conditions for production. Therefore, it is the subject’s transit, his move within different discursive formations and/or subject-positions that emerge within his discourse, other voices sustain his saying, and those voices stablish relations in-between for assertion, negation, contradiction, which will reverberate in the subject’s discourse, and they may be understood through and by the discursive materiality. On this movement/dislocation of the subject, in the exterior exposition that circumscribes him, the subject becomes, signifies, and produces meaning.

Keywords: discourse; production conditions; (re)signification of meanings.

Dizeres iniciais

Para falar da exterioridade constitutiva, que compõe a posição-sujeito “Mulher” da personagem Lady Macbeth da obra “MACBETH” de Shakespeare (1603-1606), nos ancoramos em estudos de Foucault (2012) e de Pêcheux (2009), além de percorrer outros caminhos que também possam favorecer a apreensão do funcionamento discursivo.

Estudos de Foucault, no caso em pauta, nos permitem compreender que outras vozes⁴ emergem na (re)significação de Lady Macbeth, ou seja, fazem (re)surgir uma nova versão da personagem e que essas vozes não são simplesmente “uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não passa do vazio de seu próprio traço” (FOUCAULT, 2012, p.30).

É possível pensar que o enunciado recém citado, de certa forma, dialoga com o preconizado pela Análise de Discurso (AD). Ao considerarmos que sob nossos discursos outros discursos ecoam, que uma palavra ou expressão para fazer sentido, é necessário que já tenha significado anteriormente, que não somos a origem de nosso próprio dizer e que tão pouco temos o controle sobre esse dizer, talvez possamos pensar no discurso do sujeito como um “jamais dito” pelo sujeito uno, indivisível, senhor de sua vontade, mas dito pelo sujeito concebido na perspectiva da AD. Fragmentado, clivado entre a consciência e a inconsciência, afetado pelas condições de produção de seu discurso, constituído ideologicamente, representante de uma posição-sujeito, inscrita em um domínio de saber.

Com vistas a dar sustentação a nossa reflexão sobre o sujeito do discurso e a nossas análises, também recorreremos aos estudos de Authier-Revuz (1982) sobre heterogeneidade discursiva.

⁴ Optamos por usar “voz ou vozes”, como representativo da presença do discurso-outro no discurso do sujeito enunciativo, o que não implica adentrar nos estudos bakhtinianos, ainda que tenhamos grande admiração por este autor e reconheçamos que respeitadas as especificidades de ambas as teorias, é possível que se estabeleça um diálogo, ou aproximações com o preconizado pela Análise de Discurso pecheuxiana.

Iniciamos com a contribuição da referida autora, que toma como base para sua pesquisa, os estudos de Bakhtin, centrando-se na questão do atravessamento do discurso do sujeito por discursos outros, sendo que esse atravessamento manifesta-se como constitutivo de seu discurso. Nessa perspectiva, todo discurso é considerado heterogêneo e as marcas palpáveis de outros discursos são, segundo a autora, heterogeneidades mostradas em negociação com a heterogeneidade constitutiva.

O sujeito, portanto, vale-se da heterogeneidade mostrada em uma atividade de controle-regulagem do processo de comunicação (AUTHIER-REVUZ, 1982, p.14), que visa a controlar ilusoriamente os efeitos de sentido e a presença do “outro” em seu discurso. É preciso sublinhar, no entanto, que Pêcheux (1997[1969]) já tratou dessa questão sob a denominação dos esquecimento nº 1 e nº 2, quando sob o efeito ideológico o sujeito enuncia como se fosse a fonte de seu dizer, sem levar em conta todo o trajeto que esse mesmo dizer faz em meio às redes de significações e, quando enuncia, o faz como se tivesse o controle do sentido, esquecendo que este sempre pode ser outro, em função da rede de filiações que acolhem tanto o sujeito que enuncia, quanto seu interlocutor.

Mas quero deter-me um pouco mais nas contribuições dos estudos sobre a heterogeneidade constitutiva do sujeito e do discurso. Para tanto, volto à Authier-Revuz que, ampliando a visão bakhtiniana, afirma que as formas sintáticas também determinam a demarcação do “outro” nos discursos, visto que

No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do “sentido” dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples “porta-voz”. Sob essas duas diferentes modalidades, o locutor dá lugar explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso (1982, p.12).

Para abordar a questão que aqui estou tratando, vale ressaltar que a reversibilidade intrínseca às posições representadas no discurso, possibilita a movência do sentido, constituindo-se num fenômeno interno do discurso, que orienta a estrutura de todo e qualquer dizer/discurso, haja vista que a linguagem verbal é essencialmente dirigida para a interação verbal e para o outro da interlocução.

Como bem lembra Indursky (2014, p.108), outros autores, ainda que não dedicados à interlocução, tangenciaram essa questão, como é o caso dos estudos de Benveniste e Jakobson. A autora traça um paralelo entre os caminhos percorridos por Benveniste e, quinze anos mais tarde, por Jakobson, para referir que ambos contribuíram com o esboço de elementos necessários à formulação da noção de interlocução.

A proposta da autora leva ao entendimento da noção de “interlocução discursiva”, como uma interlocução em que a alternância/reversibilidade entre os interlocutores, é feita na dispersão (p.117).

Em estudo anterior Indursky (1997, p.129-155) traz à luz a possibilidade de opacificação dos interlocutores do discurso. Ou seja, a “interlocução discursiva” é uma modalidade de interlocução que não implica a presença física do interlocutor nem sua representação clara e que nem por isso implica o desaparecimento do polo de interlocução. Nos termos da autora:

Não se trata de um discurso monológico. Sua opacificação é um efeito resultante do trabalho discursivo do sujeito do discurso e pode produzir um *efeito de monologismo*. Essa opacidade é decorrente do fato que na interlocução discursiva, a interlocução não ocorre em uma cena enunciativa em que os interlocutores – eu e tu – encontram-se face a face, nem estabelecem uma interlocução que passa pela reversibilidade imediata entre os dois polos nela envolvidos. Dito diferentemente: na interlocução discursiva, os interlocutores não se encontram reunidos no mesmo espaço físico (INDURSKI, 2014, p.118).

Com efeito, a observação da citação acima permite-nos pensar que na escrita dos textos que dão origem a diferentes encenações de Lady Macbeth, e conseqüentemente a diferentes imagens da personagem, há a presença de vários interlocutores que não estão presentes no mesmo espaço físico, mas que, no entanto, não deixam de dialogar com os coautores das peças teatrais e sendo assim, ali significam. A opacificação do que vem de outro lugar, de outro tempo, de outras formações discursivas, de outras posições-sujeito, de outros discursos, não implica que não haja uma presença-ausente, ou seja, que ali outros sentidos ressoem como “uma voz tão silenciosa quanto um sopro” (FOUCAULT, 2012, p.30). Esse sopro que significa na personagem, pode vir do discurso científico, do discurso jurídico, do discurso religioso, ou ainda de outros discursos, como tentaremos mostrar nas análises.

Levando em conta a opacificação do discurso, a heterogeneidade discursiva pode não ser manifestada através de marcas linguísticas explícitas, mas resguardada pelos pressupostos psicanalíticos do discurso atravessado pelo inconsciente, pelo interdiscurso e pelo direcionamento ideológico a que está afeito todo discurso, assim como manifesta-se também em outras materialidades que não somente a palavra escrita ou oral. Nesta perspectiva, cabe pensar as diferentes personagens – Lady Macbeth – como constituídas de uma heterogeneidade discursiva que não é explícita, mas que dialoga com a noção de heterogeneidade constitutiva proposta por Authier-Revuz, que pode ser concebida como condição sem a qual não há discurso, já que todo discurso remete a outro discurso.

De maneira semelhante, poderíamos pensar que reconhecendo o primado do interdiscurso – para uma palavra significar é necessário que já tenha significado anteriormente – passa o mesmo a fornecer a realidade significativa ao sentido, ou seja, lhe dá sustentação, também a heterogeneidade constitutiva é princípio de sustentação de outras formas de heterogeneidade enunciativa: a mostrada (marcada e não-marcada) e do próprio sentido.

De acordo com a autora, a heterogeneidade mostrada pode ser entendida como sendo uma maneira de negociação do sujeito com a

heterogeneidade constitutiva. Este acordo se dá sob a forma de denegação, ou seja, o sujeito (locutor) reformula o seu próprio dizer marcando seu enunciado com um sentido diferente, o qual se marca no espaço do outro (interlocutor). Como resultado, o sujeito garante um efeito de sentido de que o resto do dizer é todo seu. Isto é, ao se circunscrever na alteridade, o sujeito garante uma unidade, que é apenas ‘aparente’.

No que diz respeito à análise que empreendemos, a presença do outro não se encontra visível na materialidade linguística/imagética, isto é, temos apenas um efeito da presença do outro que pode ser apreendido pela configuração de regularidades de um domínio de saber/ do dizer, funcionando como um dizer outro, que produz sentido no discurso/imagem do sujeito sem, necessariamente, explicitá-lo.

Gostaríamos, nesse ponto, de adiantar que ao nosso objeto de estudo/análise interessa, sobretudo, mostrar como vozes outras emergem na constituição das personagens *Lady Macbeth* de uma forma não-marcada, mas sobretudo constitutiva. Dizendo diferentemente: nas imagens da personagem, vozes outras irrompem ao nosso olhar de sujeito-leitor, sem que haja a presença de marcas linguísticas desse outro, para tanto é necessário recorrer à memória discursiva.

Mais uma vez, estamos diante da necessidade de buscar instituir ao sentido, o que de certa forma ali não está presente, mas significa, isto é, as condições de produção do discurso, o efeito ideológico, as formações imaginárias e inconscientes que constituem sujeito, discurso e sentido.

Isto posto, o sujeito preconizado pela AD é resultado da relação entre linguagem e história, não é fonte do sentido, nem tampouco elemento onde se origina o discurso. Ele se constitui, primordialmente, a partir da sua relação com o outro/Outro. Esses diferentes discursos ecoam, retornam de um ‘sempre já lá’, atestando os efeitos da exterioridade na constituição do sujeito.

Considerando que o sujeito produz efeitos de sentido, constituídos de determinações discursivas, faz-se necessário colocar o “dito” em

relação ao “não dito”, para compreender o que faz o discurso funcionar de um modo, e não de outro – a produzir uns sentidos e não outros.

É a heterogeneidade constitutiva que faz com que a imagem/corpo/representação de Lady Macbeth se constitua como o nó de uma rede, ou seja, encontram-se constituídos de outros saberes que lhes são anteriores, assim como também podem produzir efeitos de sentido que se projetem para o futuro e para dar conta dessa questão é preciso levarmos em conta o interdiscurso e a memória discursiva.

Vale ressaltar que, a partir de Indursky (2011), optamos por trabalhar com a distinção entre memória discursiva e interdiscurso; a memória discursiva é do âmbito do interdiscurso, mas não exatamente a mesma coisa. Neste último, encontramos a dispersão, a indeterminação, a presença das múltiplas formações discursivas. O interdiscurso tudo abarca, enquanto a memória discursiva é lacunar, é da ordem de um domínio de saber (de uma FD) comportando então, o que se refere a esse domínio de saber.

Tomamos as imagens/corpos de Lady Macbeth, como materialidade discursiva e como tal revelam/dizem sobre o sujeito e o mundo/condições de produção que lhes constituem. Esse corpo/imagem produz sentido, fala, enuncia, ainda que de uma forma diferente da linguagem oral e escrita. Considerando que um enunciado deva ser tratado na sua irrupção histórica, na singularidade de sua emergência, de seu acontecimento (FOUCAULT, 2012, p.31), seguindo a orientação de Pêcheux, para o estudo dos processos discursivos, é relevante destacar “o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas condições de produção” – e seu processo de produção [...]” (PÊCHEUX, 1997, p.75).

Percorrendo esse caminho, é possível constituir um outro trajeto, que permita trazer à luz uma rede de significações que possivelmente ficariam dispersas no tempo e no espaço, desconectadas das redes discursivas de formulações e de suas respectivas memórias, em suma, esse é um caminho que transita da materialidade linguística para a imagética visando chegar à materialidade discursiva.

Voltando o olhar para as condições de produção da representação/imagem de Lady Macbeth

Pensar quais eram as condições de produção do discurso em pauta pode ajudar a refazer os nós de sua rede discursiva. Primeiramente pensamos em Shakespeare e sua obra, mais precisamente em que momento histórico essa obra/discurso emerge e como pode ser caracterizado esse período. Para dar conta da proposta do estudo, entrelaçamos nosso olhar a outros olhares, mais demoradamente em Lucia V. Sander (2009), em *Ofélia explica ou O renascimento segundo Ofélia & Cia*⁵, que nos ajuda nessa empreitada.

Shakespeare, que viveu no século XVI, momento histórico marcado pelas ideias renascentistas que mudaram as concepções de sociedade, de cultura e de religião da época. O Renascimento (1300 a 1650) foi um período de importantes transformações na Europa, que se estendeu pelo Ocidente. Na visão de Thomas Woods, o Renascimento é mais que uma ruptura total com o passado medieval, pode ser entendido como o auge da Idade Média, pois é nesse tempo que “encontramos as origens das técnicas artísticas que viriam a ser aperfeiçoadas no período seguinte” (WOODS, 2008, p.119).

Esse período foi marcado pelo desenvolvimento das artes, da ciência, da economia e da política, sendo o seu principal mote o antropocentrismo. Isso se traduz em uma nova forma de o sujeito se relacionar com a realidade por ele apreendida, ou seja, Deus deixa de estar no centro das atenções para ceder esse lugar aos mortais e nessa nova concepção fé e razão são igualmente importantes, pois passa-se a valorizar o talento e a capacidade individual, o que de certa forma explica o surgimento de grandes nomes nas mais variadas áreas nesse período.

A sociedade, ao se afastar do teocentrismo, abre espaço para uma nova concepção de vida, onde Deus e o domínio da Igreja Católica deixam deser a única possibilidade de verdade, o que leva ao enfraquecimento do

⁵ SANDER, Lúcia V. *Ofélia explica ou o renascimento segundo Ofélia & Cia*. – Minha Gráfica Editora – Brasília: 2009.

conformismo de base religiosa e as pessoas passam a acreditar no progresso, na mudança e em outras possibilidades de verdade. O corpo que era tido como fonte de pecado começa a figurar como fonte de beleza e inspiração para diversas obras. É possível verificar a exaltação da razão humana nesse período marcado pelo desenvolvimento do saber clássico, conforme segue:

Que obra-prima é o homem! Como é nobre pela razão! Como é infinito em faculdade! Em forma de movimentos, como é expressivo e maravilhoso! Nas ações, como se parece com um anjo! Na inteligência, como se parece com um Deus! A maravilha do mundo! Protótipo dos animais! (SHAKESPEARE, *HAMLET*, II, 2, *apud* BURNS, LERNER, MEACHAM, 1996, p.343).

Ainda que tenha havido uma profunda mudança no modo de pensar da humanidade, não se pode dizer que houve uma desidentificação com a religião, e tampouco que essa mudança tenha se estendido à forma como era pensada a posição-sujeito mulher. O pensamento religioso se fazia e se faz presente na educação dada pela família, primeiro Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER, 2001, p.68) a que o sujeito está exposto, e que incide de forma incisiva na maneira de pensar do mesmo e na sua forma de se relacionar com o mundo, fazendo emergirem valores de uma moral cristã, uma vez que, na e pela ordem discursiva se perpetua. É possível voltar a essa questão em

Algumas figuras da Renascença continuaram a sustentar as tradições medievais de valorizar a esperança humana de salvação extra-terrena e a precedência da alma sobre o corpo, enquanto outras dedicavam uma atenção mais “moderna” à vida humana neste mundo... Os mestres humanistas afirmavam que a lógica escolástica era demasiado árida e irrelevante para a vida prática; preferiam, ao invés, as “humanidades”, ... (As mulheres, como de hábito, eram em geral ignoradas; mas às vezes moças da aristocracia recebiam educação humanista, a fim de parecerem polidas) (BURNS, LERNER, MEACHAM, 1996, p.344-345).

Tanto o discurso religioso, como o discurso shakespeariano se fazem presentes neste estudo e de certa forma nos levam a recorrer aos

estudos de Sander (2009, p.7), a qual menciona que se costuma “dizer que é possível provar qualquer tese com base na Bíblia ou em Shakespeare”, e acrescenta:

A Bíblia é assiduamente evocada nos estudos shakespearianos, tanto no trabalho de localizar e analisar as inúmeras referências aos textos bíblicos na obra de Shakespeare, quanto para considerar a escrita de Shakespeare e as Escrituras Sagradas como os tesouros mais preciosos do nosso patrimônio cultural, ocupando o lugar de maior destaque entre as forças que construíram o perfil da civilização ocidental. “Depois de Deus”, escreveu o poeta russo Alexander Pushkin, “Shakespeare é o grande criador dos seres humanos, foi ele que criou humanidade”. Para Harold Bloom, “A obra completa de Shakespeare é uma segunda Bíblia”, e “Hamlet é o Jesus Cristo dos intelectuais”.

Deste modo, se torna possível pensar tanto a obra shakespeariana – mais especificamente as tragédias mais famosas – quanto seus personagens como constituídos por uma heterogeneidade discursiva, que se constrói e se legitima entre regularidade e dispersão, em uma materialidade discursiva que pede para tentarmos

[...] determinar segundo que esquemas os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso; tenta-se demarcar, assim, como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, constituir entre si organizações parciais. (...) Dispersão que caracteriza um tipo de discurso e que define, entre os conceitos, formas de dedução, de derivação, de coerência, mas também de incompatibilidade, de entrecruzamento, de substituição, de exclusão, de alteração recíproca, de deslocamento, etc. (FOUCAULT, 1998, p.75).

Assim, entre regularidades e (re)significações, entendemos que trazer para as análises somente discursos bíblicos sobre a mulher, não seria suficiente. Dito diferentemente, os mesmos não dariam conta da nossa proposta de estudo, que consiste na apreciação de efeitos de

sentido que se firmam em torno da personagem, vozes que falam do ser “Mulher”, a partir de uma memória que é evocada, deslocada e, pautada nas condições de produção do discurso, que significam são instituidoras de saberes ao corpo social, o qual imaginariamente retém tanto de um passado remoto quanto de um passado mais recente sem, no entanto, ter o controle desse funcionamento (INDURSKY, 2015, p.12).

A seguir, apresentamos duas sequências discursivas recortadas do livro *Ofélia explica ou o renascimento segundo Ofélia & Cia* de Lúcia Sander, as quais possibilitarão as análises e a apreensão do processo discursivo que delinea o que propomos chamar de (Com)posição de Mulher.

Construção da imagem/corpo/posição de mulher (tecendo a análise)

Iniciamos a tessitura da análise a partir da obra “MACBETH” de Shakespeare, tomando por base a personagem Lady Macbeth, buscando vozes outras que a componham, que emergem uma heterogeneidade constitutiva mostrada e não-marcada, tratando também da “recriação, atualização ou reciclagem” de Sander (2009, p.10) que perpassa a questão da ressignificação. Mas, também procuramos encontrar esses dizeres outros/ outras vozes que verberam e continuam a dar sustentação em práticas discursivas da atualidade.

Tal como destaca Sander (2009, p.25-28), Lady Macbeth é ainda hoje uma das personagens mais assustadoras de Shakespeare: “A esposa de Macbeth, que sequer tem um nome próprio, é considerada por muitos como a vilã maior na obra de Shakespeare”. No entanto, a autora deixa sem resposta a indagação se o estatuto de tal fama se deve a sua associação com as bruxas ou se simplesmente porque se trata de uma vilã mulher.

Seja como for, a imagem historicamente estabelecida de Lady Macbeth como a pior das vilãs vem gradativamente sendo transformada no palco contemporâneo, na medida em que pode parecer-se a uma

bruxa, mas para Sander (2009, p.25), não é só isto que ela é, ou pode ser. Nas palavras da autora, vemos ecoar os pressupostos da Análise de Discurso, ou seja, o sentido atribuído à Lady Macbeth sempre pode ser outro, dependendo do olhar pelo qual sua imagem é torneada. No âmbito da AD, isso se torna possível porque o sujeito que lê, que recria essa imagem, o faz de um lugar determinado – formação discursiva – e de uma posição-sujeito que se define a partir da forma como esse sujeito se relaciona com a forma-sujeito dessa formação discursiva.

Cabe lembrar, que uma FD não é um espaço fechado, mas um território de fronteiras porosas, maleáveis, que permite tanto o deslizamento, como o deslocamento do sentido, que juntamente com as condições de produção do discurso, possibilitam diferentes versões de Lady Macbeth.

De uma forma condensada, do livro *Ofélia explica ou o renascimento segundo Ofélia & Cia*, apresentamos duas sequências discursivas que constituem o Recorte– (re)significações de Lady Macbeth:

SD1

Montagens no palco e na tela congelaram uma imagem de Lady Macbeth em trajes negros pesados, cabelos escuros, altiva, ereta e ameaçadora [...] criada em 1948 por Orson Welles. A partir da segunda metade do século 20, as leituras de Lady Macbeth vêm tornando a vilã temerária cada vez mais glamurosa, a ponto de transformá-la no avesso da imagem tradicional. De bruxa dessexuada, a esposa do rei escocês passa a acontecer em palcos e telas como uma mulher hiperssexualizada. No lugar de exortações furiosas, é com sussurros e carícias que, nessa versão, a esposa seduz o marido e o anima a cometer o crime. Seu traje negro é trocado por mantos esvoaçantes e transparentes, seus cabelos, agora são soltos, são longos e, de preferência, louros [...] criada em 1973 por Roman Polanski (SANDER, 2009, p.26).

Salienta ainda a autora, que uma outra versão de Lady Macbeth vem aparecendo nas últimas décadas:

SD2

Não no palco ou na tela, mas na imprensa. As referências a Lady Macbeth que vêm frequentando as páginas de jornais e revistas a associam à uma mulher ambiciosa, autoritária, assexuada, invejosa do poder masculino e obcecada por ascensão social e política. Segundo Garber, esta é “a mulher fálica da psicanálise”, e ela continua, “uma caricatura de Lady Macbeth que tem funcionado como a marca contemporânea da mulher temida pelos homens”. Na década de 1990, para dar um exemplo, a personagem de Shakespeare foi frequentemente lembrada na imprensa dos Estados Unidos em suas insistentes referências a Hillary Clinton como “a Lady Macbeth de Little Rock” (SANDER, 2009, p.26).

Autora e obra aludidas, voltemo-nos a duas questões, mais precisamente, a da movência dos sentidos e a das condições de produção do discurso que, com efeito, pode ser entendida como um dos vieses pelo qual o sentido desliza, passa a ser outro e permite que essas e outras versões de Lady Macbeth sejam possíveis.

Parafraseando Sander (2009, p.27), e deslocando da personagem para o sujeito “mulher” e sua (com)posição, compreendemos que pouco se sabe, de onde vem e menos ainda para onde quer ir.

Se questionarmos de onde vem o discurso de submissão da mulher, poderíamos pensar que desde os primórdios da humanidade, já nos registros do modo de vida pré-histórico, assim como em outras sociedades os homens exerciam as atividades da caça, da guerra e da guarda das famílias (mulheres, crianças e anciãos). Isso nos leva a pensar que a força física pode ser um diferencial fundador, que permitiu/impulsionou para que um imaginário de sobreposição do masculino sobre o feminino se formasse, ou seja, a força física do homem transformou-se em poder pessoal, em autoridade, outorgando-lhe assim, o comando exclusivo da família.

Poderíamos pensar em tomar a própria Bíblia Sagrada como um documento fundador do discurso da submissão/subjugação da mulher, considerando que é de grande alcance e de transmissão de conhecimentos

e normas, sem esquecer que há indícios que mesmo o livro Sagrado, faz ressoar em seus textos, outros textos anteriores como fonte de inspiração (SANDER, 2009, p.9). Mas nos parece que a esse respeito temos mais perguntas e especulações do que respostas, assim como também nos parece mais importante pensar em como isso nos afeta na atualidade e como nos afetará no futuro, do que saber propriamente como iniciou.

Para compreender a (com)posição do sujeito mulher, apreender os efeitos de sentido que circulam, faz-se necessário considerá-la em sua relação com outro/ com outras posições na estrutura social, sem deixar de considerar a historicidade constitutiva do sujeito, sentido e discurso, por força da qual tanto o sujeito como as posições a que se filia/assume não são estáticas, mas se constituem num contínuo devir, em possibilidades infindáveis de significações.

Tomamos o ano de 1948, citado em uma das versões de Lady Macbeth por (SANDER,2009), e o momento histórico desse período, o qual constitui o sujeito e os valores éticos da coletividade e que também se traduzem em matéria prima para a formação de um imaginário que implica os diferentes contornos nos múltiplos segmentos da vida social. Vale lembrar que independentemente de serem expressamente declarados, aqui entra o trabalho da ideologia, os valores éticos passam a ser acolhidos na sociedade.

Nesse período, o mundo vivia sob o forte impacto do terror da Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo que contraditoriamente surgia a Declaração Universal de Direitos Humanos⁶, retomando os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução Francesa. Entendemos que os efeitos de sentido produzidos no/pelo pós-guerra talvez possam explicar a imagem ameaçadora, produzida por Orson Welles, para Lady Macbeth, sanguinária, sem pudores para o extermínio dos que se interpusessem em seu caminho para obter poder.

⁶ A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), que delinea os **direitos humanos** básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

Transpondo essas questões para o âmbito da contemporaneidade, passamos a contemplar algumas mudanças ocorridas no século XX, como por exemplo, a produção e introdução no mercado de contraceptivos orais, os quais foram aprovados para o uso inicialmente nos Estados Unidos em 1960, o que pode ser entendido como impulso para uma tímida e lenta liberdade sexual. Com efeito, a observação das condições de produção do discurso do início dos anos 60, nos leva a tecer relações a fim de compreender a nova postura da Lady Macbeth criada em 1973 por Roman Polanski.

Transpondo-nos para o cenário brasileiro, em 1962 entra em vigor a Lei 4.121, chamada de o Estatuto da Mulher Casada, que vem produzir seus efeitos e também pode ser considerada como um dos primeiros passos de uma tentativa de romper com a hegemonia masculina. Essa Lei dá à mulher plena capacidade ao instituí-la como colaboradora na administração da sociedade conjugal e também dispensando a mulher de autorização marital para o trabalho.

É preciso sublinhar que, para uma mulher que tem a possibilidade de escolher se vai ou não ter filhos, que pode decidir se irá ou não trabalhar fora e que já se inicia como coadministradora do lar, é uma mulher que já percorre seus primeiros passos em direção a uma autonomia que antes lhe era negada. Por conseguinte, essa mulher passa a se sentir segura, experimenta uma certa liberdade e por isso pode apresentar-se como uma mulher hipersexualizada, que lança mão de sussurros e carícias para seduzir e chegar no lugar/posição almejada. Para essa mulher emergente, cada vez mais se faz necessário investir em sua beleza, o que justifica que seu traje negro seja substituído por mantos esvoaçantes e transparentes, assim como seus cabelos, estejam soltos, e sejam longos e preferencialmente louros. Não entraremos aqui na hegemonia das etnias, pois não é nosso objetivo, contudo sabemos que muito poderia ser dito.

O deslizamento dos sentidos referido por Sander (2009), no que se refere às imagens de Lady Macbeth, pode ser encontrado também no contexto brasileiro, uma vez que imagens e textos são compreendidos

como materialidades discursivas. Podemos pensar que outro passo importante que também contribuiu para a transformação das relações de produção no Brasil, foi a Lei do Divórcio aprovada em 1977, que proporciona alguns avanços como a faculdade de adotar ou não o patronímico do marido, como possibilitou também o regime de comunhão parcial de bens. Sob uma pretensão de igualdade, estende ao marido o direito de pedir alimentos, o que só era concedido à mulher “honesta e pobre”.

A Constituição Brasileira de 1988 que encerra oficialmente o regime militar no país, também foi um fator que modificou completamente o papel da mulher na sociedade contemporânea brasileira. A Constituição Federal de 1937 já previa a igualdade de todos perante a Lei, mas em 1988 foi introduzido o princípio da igualdade entre homens e mulheres (inc. I do art. 5º) e igualdade de direitos e deveres no que se refere à sociedade conjugal (§ 5º do art. 226), é reconhecida como entidade familiar não só a família constituída pelo casamento, mas também a união estável entre o homem e a mulher e seus descendentes. Esse mesmo artigo, em seu Inciso IV do seu parágrafo 2º confere ao Estado o dever de promover o bem de todos, sem preconceito de sexo.

Integra-se ao conjunto de mudanças, o reconhecimento de que os filhos, concebidos no casamento ou não, passam a ter os mesmos direitos e qualificações (§ 6º do art. 227), então, neste sentido podemos pensar em uma prática que começa a minimizar os efeitos impostos à posição “Mulher” por uma sociedade conservadora, habituada à superposição do masculino sobre o feminino.

Não podemos deixar de mencionar, que no Código Civil de 1916 em seu artigo 219, inc. IV, o defloramento configurava como erro essencial sobre a pessoa, ou seja, o marido ignorando tal “defeito” podia pedir a anulação do casamento. Essas práticas sociais reforçam que

A relação homem/sociedade é de convivência, ou seja, um jogo das interações reais e imaginárias com vivos e mortos. É na sociedade que o homem desenvolve suas potencialidades, seu ser inteiro a partir do qual ele retoma, conserva e/ou transforma as

contribuições deixadas por aqueles que o antecederam (FERREIRA & ORRICO, 2002, p.56).

Em meio a todas essas mudanças e outras aqui não mencionadas, pois a análise discursiva é da ordem do não-todo, foi-se delineando uma posição, um lugar, um discurso, uma imagem de Lady Macbeth/Mulher que é permanentemente negociada/inspirada entre um já dito e um a se dizer.

Nas personagens há um mesmo, ou seja, um efeito de sentido que permanece: Lady Macbeth ainda que não tenha cometido assassinato, tem suas mãos sujas de sangue e se consome entre remorso e culpa até sua morte, por ter conspirado/inspirado o marido a cometer os crimes.

Compreendemos que a culpa imputada à Lady Macbeth é da ordem de formações imaginárias, ocorrem por conta de determinações que são ideológicas, que atuam naturalizando posições e seus respectivos sujeitos na estrutura social. Assim, ideologicamente representações são engendradas para Lady Macbeth, as quais interferem no modo como o sujeito percebe a si mesmo e os outros na sociedade.

Pensamos, que o que escapa é fuga, é ruptura, é nova forma de subjetivação, nova forma de configuração do saber-poder (HENRY,2013,p.9). Configura-se, então, o escape como forma de deslizamento, deslocamento, resistência e atualização do sentido, o que só é possível porque a ideologia é um ritual falho.

Efeito de fechamento

A obra shakespeariana “Macbeth” encenada múltiplas vezes em diferentes períodos e locais, tornou-se nossa fonte de inspiração e observação. Partimos pois, de algumas de suas representações para percorrermos suas (re)significações ou transformações buscando compreender o que constitui hoje o sujeito “Mulher”, o que é capaz de continuar produzindo efeitos futuros e o que marcou na forma da insignificância, da invisibilidade esse sujeito a quem já lhe foram negados

os direitos mais básicos de qualquer cidadão, como o direito ao voto que ocorreu a partir de maio de 1933 e o direito à educação.

Práticas como essas, convenientemente administradas e interpostas, que se traduziam em mecanismos de controle e direcionamento, serviam como uma tentativa de garantir a estabilização de efeitos de sentido que direcionassem e servissem como referência para o sujeito “Mulher”, na compreensão e aceitação das condições sociais nas quais viviam.

Para Orlandi (2001, p.22), os sujeitos buscam sentido e se significam no jogo discursivo, entre o já-dito e o a se dizer, evidenciando assim a incompletude do sujeito, do sentido e do discurso. O percurso, por nós traçado, permite aqui pautar nossa reflexão na significância ou (re)significância, entendida por Orlandi (1994) como “Um movimento contínuo determinado pela materialidade da língua e da história” (p.57). Deste modo, o discurso se faz histórico porque se produz em meio a determinadas condições de produção, que por sua vez são históricas e se materializam no discurso, mas o discurso também produz história, memória, tradição, portanto podemos pensar que o discurso comporta o passado, permeia o presente e tem a possibilidade de se projetar no futuro.

E é exatamente esse ponto que nos interessa, trazer à tona, explicitar a historicidade de fatos/atos/acontecimentos que constituem o discurso, ou seja, explicitar o funcionamento discursivo das diferentes personagens – Lady Macbeth – que ora significam de um modo, ora de outro.

A Análise de Discurso, propõe levar em conta a historicidade, considerar o trabalho da história na língua, e isso implica em não conceber a história como um emaranhado de fatos dispostos em sequência cronológica, “Não são as datas que interessam, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam”(p.58).

Ao passo que rupturas vão acontecendo, os sentidos, ao serem repetidos e em função das condições de produção em que essa repetição ocorre, vão se modificando, se (re)significando, produzindo um sentido

outro para “Mulher”. A mulher, que não era pensada pelo Estado, àquela a quem não era permitido o estudo e o voto, entre outras possibilidades, passa a significar diferentemente por força da mudança na estrutura social.

É por conta dessa (re)significância, que a Lady Macbeth dos anos 90, primeira dama dos Estados Unidos da América (SANDER, 2009), em 2016 almeja chegar à presidência do mesmo país, e não consegue assumir a presidência em 2017, não por falta de votos, mas devido à estrutura político-eleitoral vigente.

Procuramos, através da história, reconstituir a historicidade ao discurso/imagem do ser “Mulher”, compreendendo os fatos que reclamam sentidos e que, de certa forma, retornam, fazem ressoar sentidos cristalizados, sem, no entanto, interditar as possibilidades de um sentido outro.

Considerando que a realidade apreendida é social ou culturalmente construída, pois o discurso implica escolha e descarte, ele não só transforma, como destrói, constrói, negocia permanentemente com outros discursos, e é exatamente isso que o/a analista necessita apreender em sua tessitura. A riqueza do discurso reside na relação com o outro, com outros enunciados, aos quais pode se contrapor, se conciliar, complementar, responder.

Desse modo, a construção do sentido vai aparecendo, se consolidando, no entremeio de aspectos oriundos da cultura, da constituição social, do imaginário, da ideologia, contribuindo para a identidade/diversidade do sujeito “Mulher”.

Podemos pensar que é pelo trabalho da memória, pelo exercício/possibilidade de inscrições/filiações – que um já dito antes, em outro lugar – possa significar e ao mesmo tempo tornar possível que encontremos ainda hoje, o sujeito “Mulher” como um misto de ser que é perseguido pela culpa, a culpa por uma gravidez indesejada, a culpa por ser estuprada, a culpa por ser espancada pelo companheiro, a culpa por lhe tirarem a própria vida e, entre tantas culpas esse mesmo sujeito “ousa

se rebelar, ousa resistir”, ousa se (re)significar e significar, na busca de que o sentido, aquele que é atribuído a si, possa realmente ser outro, fugindo das determinações que lhes são impostas.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2001.
- AUTHIER-REVUZ, J. “Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: *éléments pour une approche de l’“autre dans le discours”*”. In: DRLAV – *Revue de Linguistique*, n.26, 1982.
- BRASIL, Código Civil. *LEI 13.105 de 2016*. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/.../2016/.../novo-codigo-de-processo-civil-pode-ser-baixado-gr>>.
- BRASIL, Constituição da República Federativa. 1937. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1937.pdf?sequence=9>. Acesso em: 26 ago. 2016.
- BRASIL, Constituição da República Federativa. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 ago. 2016.
- BURNS, E. História da civilização ocidental: *do homem das cavernas às navees espaciais*. Tradução Donaldson M. Garshagen. 37.ed. São Paulo: Globo, 1996.
- FERREIRA, A.M. L. (org.), ORRICO, D.G.E. (org.) *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. Sobre a epistemologia das ciências; resposta ao círculo epistemológico. In: Foucault et al. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: vozes, p.9-55, 1998.
- HENRY, P. *O discurso não funciona de modo isolado*. [Entrevista]. In: *Jornal da UNICamp*. Campinas, n. 587, 2013.
- INDURSKY, Freda. In: FLORES, Giovana G. B; NECKEL, Nádia R. M; GALLO, Solange Maria L. (Orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Volume 1. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- _____. A interlocução discursiva urbana. In *O (In)esperado de Jakobson / Leda Verdiani Tfouni, Diana Junkes Bueno Martha, (organizadoras)* 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.
- _____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda, MITTIMANN, Solange, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Memória e história na/da análise de discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.
- _____. *A fala dos quarteis e outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

- LEI Nº 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm. Acesso em: 05 ago. 2016.
- LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm. Acesso em: 5 ago. 2016.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. *Discurso, imaginário social e conhecimento*. Em Aberto. Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. *Semântica e Discurso* (1975). Trad. Eni Puccinelli Orlandi [et.al.]. 4.ed. Campinas, SP, Editora. da UNICAMP, 2009.
- SANDER, L. V. *Ofélia explica ou o renascimento segundo Ofélia & Cia*. Brasília: Minha Gráfica Editora, 2009.
- WOODS, T. *Como a igreja católica construiu a civilização ocidental*. São Paulo: Quadrante, 2008.

Anexos

1948 por Orson Welles



1973 por Roman Polanski



Ago /2006 Londres. The Oxford Shakespeare Company



Hillary Clinton

